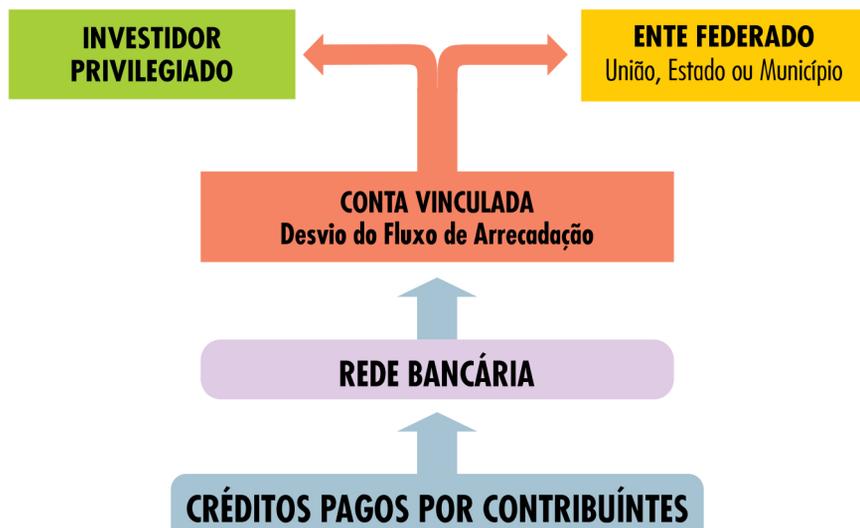


DESVIO DE RECURSOS ARRECADADOS



Como funciona? É criada essa empresa de fachada. Essa empresa vai ao mercado captar recursos por meio da venda de papéis, as chamadas debêntures, que têm um prazo e pagam juros elevadíssimos. No caso de Belo Horizonte, em 2014 foram feitos os lançamentos das debêntures prometendo pagar juros equivalentes ao IPCA mais 11%. E o IPCA em 2014 passou de 11%. Então, multiplicando um pelo outro dá quase 23% de rendimento anual. Totalmente insustentável. A empresa captou recursos a alto custo no mercado, no caso de BH foram R\$ 230 milhões, ela recebeu esses R\$ 230 milhões, ficou com R\$ 30 milhões para pagar seus administradores e passou R\$ 200 milhões para o município. O município recebeu, mas não contabilizou esses R\$ 200 milhões como dívida. Contabilizou como venda de ativo. E que ativo o município vendeu? Aquela arrecadação. Vendeu o fluxo da arrecadação, por meio de um contrato de alienação fiduciária. O que é alienação fiduciária? Transferência de propriedade!

Olha só a sofisticação desse esquema! Ele gera uma dívida pública disfarçada, utilizando essa empresa como fachada para obter recursos no mercado, porque ao final das contas esse recurso obtido chegou em grande parte aos cofres públicos, só que o que chegou foram R\$ 200 milhões e qual é a obrigação de transferência que o município

assumiu? R\$ 880 milhões, mais IPCA, mais juros. Quem de nós faria isso? O que você acha de pegar 200 emprestado e ficar devendo 880? É insano. E tudo isso está mascarado nesses projetos. Por isso que um dos folhetos que a Auditoria Cidadã produziu chama-se “Projetos Cifrados”, porque quem lê esses projetos não entende o que está por trás deles.

O outro fluxo que mencionei é a **contratação disfarçada de dívida pública**.

A empresa estatal criada para operar esse esquema, que é uma pessoa jurídica de direito privado, no caso de Belo Horizonte, a PBH Ativos S/A, no caso de São Paulo, CPSEC S/A, emite papéis financeiros, as debêntures, que investidores privilegiados compram, porque é uma venda com “esforços restritos”. Não tem propaganda. Ninguém fica sabendo, somente privilegiados do mercado financeiro. Um banco compra, paga à empresa criada para operar o esquema, ela fica com uma parte, no caso de Belo Horizonte o BTG comprou por R\$ 230 milhões, a empresa PBH Ativos S/A ficou com R\$ 30 milhões e passou R\$ 200 milhões para o município. O mecanismo foi uma mera fachada para o município obter esses R\$ 200 milhões no mercado. Ele não contabiliza como dívida. Então, como ele vai pagar? Vai pagar por fora, com aqueles recursos desviados ainda na rede bancária.

É muito importante divulgar esses fluxos porque facilita o entendimento desse sistema aparentemente complicado. É só aparente. É só para dificultar a percepção da fraude, mas já conseguimos identificar e comprovar. Em Belo Horizonte, se não tivesse sido implementado esse esquema, o município teria R\$ 70 milhões a mais em caixa. Então, numa operação de R\$ 200 milhões, em apenas 3 anos, o município já teve perda comprovada de R\$ 70 milhões. Imagina o impacto disso em todo o